



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DO CONDE
ESTADO DA PARAÍBA
CONCURSO PÚBLICO



EDITAL NORMATIVO Nº 001/2016 – PMC/PB

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DO CONDE, Estado da Paraíba, na forma da Constituição Federal, Art. 37, incisos I e II, torna público, através da COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO, em datas, locais e horários especificados neste Edital, abertura de inscrições para o Concurso Público nº 001/2016 – PMC/PB, para provimento dos cargos públicos de Agente Administrativo, Agente Comunitário de Saúde, Agente de Combate às Endemias, Assessor Jurídico, Assistente Social, Assistente Social Escolar, Atendente, Auditor Fiscal de Tributos Municipais, Auxiliar de Consultório Dentário, Auxiliar de Limpeza Urbana, Auxiliar de Serviços Diversos, Bibliotecário, Biólogo, Bioquímico, Bombeiro Hidráulico, Cirurgião Dentista Bucomaxilofacial, Coveiro, Educador Social, Eletricista, Encanador, Enfermeiro, Engenheiro Civil, Farmacêutico, Fiscal de Obras, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Guarda Civil Municipal, Interprete Brailista, Interprete de Libras, Jornalista, Mecânico, Médico (Cardiologia), Médico (Dermatologia), Médico (Geriatria), Médico (Ginecologia), Médico (Neurologia), Médico (Psiquiatria), Médico (Sanitarista), Médico Veterinário, Monitor de Creche, Motorista – Categoria AB, Motorista – Categoria D, Nutricionista, Odontólogo, Operador de Máquinas Agrícolas, Pedagogo, Pedreiro, Pintor, Procurador Jurídico, Professor Brailista, Professor de Artes, Professor de Ensino Fundamental I (Creche), Professor de Ensino Fundamental I (Séries Iniciais), Professor de Ensino Fundamental II (Ciências), Professor de Ensino Fundamental II (Educação Física), Professor de Ensino Fundamental II (Geografia), Professor de Ensino Fundamental II (História), Professor de Ensino Fundamental II (Inglês), Professor de Ensino Fundamental II (Matemática), Professor de Ensino Fundamental II (Português), Professor de Libras, Professor de Música, Programador, Psicólogo, Psicólogo Escolar, Supervisor Escolar, Técnico de Contabilidade, Técnico em Agropecuária, Técnico em Análise Clínica, Técnico em Edificações, Técnico em Enfermagem, Técnico em Informática, Manutenção e Instalação, Técnico em Prótese Dentária, Terapeuta Ocupacional, Topógrafo, Urbanista e Vigilante Municipal. O presente Concurso Público reger-se-á pelas disposições contidas nesta RESOLUÇÃO, que ficam fazendo parte integrante deste Edital.

RESOLUÇÃO

I – DA ORGANIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO

1. O presente Concurso Público será realizado sob a supervisão da Comissão Especial do Concurso Público, composta por membros do quadro de servidores da Administração Municipal do Conde em exercício indicado pela Prefeita Constitucional em consonância com a Câmara Municipal do Município do Conde por meio de Portaria.
2. O Concurso Público será executado pela ADVISE CONSULTORIA & PLANEJAMENTO EIRELI, doravante denominada ADVISE, a quem compete o cumprimento das cláusulas e condições estipuladas no instrumento de Contrato celebrado para este fim com a Prefeitura do Município do Conde sendo responsável, inclusive, pelos esclarecimentos necessários e acompanhamento dos recursos administrativos decorrentes do Concurso.
3. Compete a Comissão Especial do Concurso Público, supervisionar e fiscalizar todas as fases do presente Concurso Público.

II – DO CONCURSO PÚBLICO

1. O Concurso Público destina-se ao provimento de vagas, pelo Regime Estatutário, nos Cargos Constantes na Lei Municipal de Nº 869/2015, de 22 de junho de 2015 e Lei Municipal Nº 882/2016, de 04 de fevereiro de 2016; c/c ao Art. 67, Inciso I, da Lei de Nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, Art. 27, Parágrafo Único da Lei Federal de Nº 10.741/03, de 01 de outubro de 2003, Decreto Federal nº 5.296/2004, de 02 de dezembro de 2004, e demais legislações aplicáveis à espécie, dos cargos que vagarem no prazo de validade do Concurso Público.
2. O prazo de validade do Concurso será de 02 anos, contados a partir da data da homologação do resultado final, podendo, a critério da Prefeitura do Município do Conde, ser prorrogado uma vez, por igual período.
3. Os cargos, número de vagas em ampla concorrência, remuneração, requisitos mínimos exigidos, jornada de trabalho semanal e a taxa de inscrição são os estabelecidos nas tabelas abaixo:

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

Nº	CARGOS	AMPLA CONCORRÊNCIA	REMUNERAÇÃO (R\$)	REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS	JORNADA DE TRABALHO	TAXA DE INSCRIÇÃO EM R\$
01	Auxiliar de Limpeza Urbana	30*	R\$ 880,00	Nível Fundamental Incompleto	40 horas semanais	60,00
02	Auxiliar de Serviços Diversos	46*	R\$ 880,00	Nível Fundamental Incompleto	40 horas semanais	60,00
03	Coveiro	01	R\$ 880,00	Nível Fundamental Incompleto	40 horas semanais	60,00
04	Vigilante Municipal	10*	R\$ 880,00	Nível Fundamental Incompleto	40 horas semanais	60,00

* Total de vagas incluindo-se a reserva para Pessoas Com Deficiência (PCD).

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

Nº	CARGOS	AMPLA CONCORRÊNCIA	REMUNERAÇÃO (R\$)	REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS	JORNADA DE TRABALHO	TAXA DE INSCRIÇÃO EM R\$
01	Motorista – Categoria AB	04	R\$ 1.200,00	Nível Fundamental Completo acrescido de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) categoria "AB"	40 horas semanais	60,00

02	Motorista – Categoria D	03	R\$ 1.200,00	Nível Fundamental Completo acrescido de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) categoria "D" e Certificado de um dos seguintes cursos: ▪ Curso de Atendimento Pré-Hospitalar (APH); ou ▪ Curso de Atendimento em Urgência e Emergência.	40 horas semanais	60,00
03	Operador de Máquinas Agrícolas	03	R\$ 1.200,00	Nível Fundamental Completo acrescido de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) categoria "D" e Certificado de Curso de Operador de Máquinas Pesadas	40 horas semanais	60,00

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO COMPLETO

Nº	CARGOS	AMPLA CONCORRÊNCIA	REMUNERAÇÃO (R\$)	REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS	JORNADA DE TRABALHO	TAXA DE INSCRIÇÃO EM R\$
01	Agente Administrativo	15*	R\$ 880,00	Nível Médio Completo	40 horas semanais	70,00
02	Agente Comunitário de Saúde	20*	R\$ 1.014,00	Nível Médio Completo acrescido de comprovação de residência na comunidade destinada ao concurso público e haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada	40 horas semanais	70,00
03	Agente de Combate às Endemias	10*	R\$ 1.014,00	Nível Médio Completo e haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada	40 horas semanais	70,00
04	Atendente	08	R\$ 880,00	Nível Médio Completo	40 horas semanais	70,00
05	Auxiliar de Consultório Dentário	07	R\$ 880,00	Nível Médio Completo acrescido de Certificado de Curso Técnico de Auxiliar de Consultório Dentário e registro no conselho de classe específico	40 horas semanais	70,00
06	Bombeiro Hidráulico	01	R\$ 880,00	Nível Médio Completo acrescido de Certificado de Curso Básico de Bombeiro Hidráulico	40 horas semanais	70,00
07	Educador Social	03	R\$ 1.200,00	Nível Médio Completo	40 horas semanais	70,00
08	Eletricista	01	R\$ 880,00	Nível Médio Completo acrescido de Certificado de Curso Básico em Eletricidade	40 horas semanais	70,00
09	Encanador	01	R\$ 880,00	Nível Médio Completo acrescido de Certificado de Curso Básico em Encanação	40 horas semanais	70,00
10	Fiscal de Obras	04	R\$ 880,00	Nível Médio Completo	40 horas semanais	70,00
11	Guarda Civil Municipal	22	R\$ 956,45 + Gratificação de Risco de R\$ 956,45	Nível Médio Completo acrescido de requisitos relacionados no Item 4., do Capítulo III deste Edital	40 horas semanais	70,00
12	Interprete Brailista	01	R\$ 1.200,00	Nível Médio Completo acrescido de Certificado de Curso Básico em Interprete Brailista	40 horas semanais	70,00
13	Interprete de Libras	02	R\$ 1.200,00	Nível Médio Completo acrescido de Certificado de Curso Básico em Interprete de Libras	40 horas semanais	70,00
14	Mecânico	01	R\$ 880,00	Nível Médio Completo acrescido de Certificado de Curso Básico em Mecânica de Automóveis	40 horas semanais	70,00
15	Monitor de Creche	15*	R\$ 1.200,00	Nível Médio Completo	40 horas semanais	70,00
16	Pedreiro	05	R\$ 880,00	Nível Médio Completo	40 horas semanais	70,00
17	Pintor	01	R\$ 880,00	Nível Médio Completo	40 horas semanais	70,00
18	Técnico de Contabilidade	01	R\$ 1.200,00	Nível Médio Completo acrescido de Curso Técnico Profissionalizante na área específica com registro no conselho de classe específico	40 horas semanais	70,00
19	Técnico em Agropecuária	01	R\$ 1.200,00	Nível Médio Completo acrescido de Curso Técnico Profissionalizante na área	40 horas semanais	70,00

				específica com registro no conselho de classe específico		
20	Técnico em Análise Clínica	03	R\$ 1.200,00	Nível Médio Completo acrescido de Curso Técnico Profissionalizante na área específica com registro no conselho de classe específico	40 horas semanais	70,00
21	Técnico em Edificações	01	R\$ 1.200,00	Nível Médio Completo acrescido de Curso Técnico Profissionalizante na área específica com registro no conselho de classe específico	40 horas semanais	70,00
22	Técnico em Enfermagem	10*	R\$ 1.200,00	Nível Médio Completo acrescido de Curso Técnico Profissionalizante na área específica com registro no conselho de classe específico	40 horas semanais	70,00
23	Técnico em Informática, Manutenção e Instalação	02	R\$ 1.200,00	Nível Médio Completo acrescido de Certificado de Curso Básico em Informática, Manutenção e Instalação	40 horas semanais	70,00
24	Técnico em Prótese Dentária	01	R\$ 1.200,00	Nível Médio Completo acrescido de Curso Técnico Profissionalizante na área específica com registro no conselho de classe específico	40 horas semanais	70,00
25	Topógrafo	01	R\$ 1.200,00	Nível Médio Completo acrescido de Curso Técnico Profissionalizante na área específica com registro no conselho de classe específico	40 horas semanais	70,00

* Total de vagas incluindo-se a reserva para Pessoas Com Deficiência (PCD).

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR COMPLETO

Nº	CARGOS	AMPLA CONCORRÊNCIA	REMUNERAÇÃO (R\$)	REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS	JORNADA DE TRABALHO	TAXA DE INSCRIÇÃO EM R\$
01	Assessor Jurídico	01	R\$ 1.500,00	Nível Superior em Direito com registro no conselho de classe específico	20 horas semanais	90,00
02	Assistente Social	05	R\$ 1.500,00	Nível Superior em Serviço Social com registro no conselho de classe específico	30 horas semanais	90,00
03	Assistente Social Escolar	01	R\$ 1.500,00	Nível Superior em Serviço Social com registro no conselho de classe específico	30 horas semanais	90,00
04	Auditor Fiscal de Tributos Municipais	04	R\$ 1.500,00	Nível Superior em Administração, Ciências Atuariais, Ciências Contábeis, Direito ou Economia com registro no conselho de classe específico	40 horas semanais	90,00
05	Bibliotecário	01	R\$ 1.500,00	Nível Superior em Biblioteconomia com registro no conselho de classe específico	40 horas semanais	90,00
06	Biólogo	01	R\$ 1.500,00	Nível Superior em Ciências Biológicas com registro no conselho de classe específico	40 horas semanais	90,00
07	Bioquímico	01	R\$ 1.500,00	Nível Superior em Farmácia acrescido de especialização em Análises Clínicas e registro no conselho de classe específico ou Nível Superior em Biomedicina com registro no conselho de classe específico	40 horas semanais	90,00
08	Cirurgião Dentista Bucomaxilofacial	01	R\$ 1.500,00	Nível Superior em Odontologia acrescido de certificado de especialista em Cirurgia Dentista Bucomaxilofacial com registro no conselho de classe específico	40 horas semanais	90,00
09	Enfermeiro	08	R\$ 1.500,00	Nível Superior em Enfermagem com registro no conselho de classe específico	40 horas semanais	90,00
10	Engenheiro Civil	01	R\$ 1.500,00	Nível Superior em Engenharia Civil com registro no conselho de classe específico	40 horas semanais	90,00
11	Farmacêutico	01	R\$ 1.500,00	Nível Superior em Farmácia com registro no conselho de classe específico	40 horas semanais	90,00
12	Fisioterapeuta	03	R\$ 1.500,00	Nível Superior em Fisioterapia com registro no conselho de classe específico	30 horas semanais	90,00
13	Fonoaudiólogo	03	R\$ 1.500,00	Nível Superior em Fonoaudiologia com registro no conselho de classe específico	40 horas semanais	90,00
14	Jornalista	01	R\$ 1.500,00	Nível Superior em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo	40 horas semanais	90,00
15	Médico (Cardiologia)	01	R\$ 2.000,00	Nível Superior em Medicina acrescido de certificado de especialista em Cardiologia emitido por Programa de Residência Médica e registro no conselho de classe específico	20 horas semanais	90,00
16	Médico (Dermatologia)	01	R\$ 2.000,00	Nível Superior em Medicina acrescido de	20 horas	90,00

				certificado de especialista em Dermatologia emitido por Programa de Residência Médica e registro no conselho de classe específico	semanais	
17	Médico (Geriatría)	01	R\$ 2.000,00	Nível Superior em Medicina acrescido de certificado de especialista em Geriatria emitido por Programa de Residência Médica e registro no conselho de classe específico	20 horas semanais	90,00
18	Médico (Ginecologia)	01	R\$ 2.000,00	Nível Superior em Medicina acrescido de certificado de especialista em Ginecologia emitido por Programa de Residência Médica e registro no conselho de classe específico	20 horas semanais	90,00
19	Médico (Neurologia)	01	R\$ 2.000,00	Nível Superior em Medicina acrescido de certificado de especialista em Neurologia emitido por Programa de Residência Médica e registro no conselho de classe específico	20 horas semanais	90,00
20	Médico (Psiquiatria)	01	R\$ 2.000,00	Nível Superior em Medicina acrescido de certificado de especialista em Psiquiatria emitido por Programa de Residência Médica e registro no conselho de classe específico	20 horas semanais	90,00
21	Médico (Sanitarista)	01	R\$ 2.000,00	Nível Superior em Medicina acrescido de certificado de especialista em Cardiologia emitido por Programa de Residência Médica e registro no conselho de classe específico	20 horas semanais	90,00
22	Médico Veterinário	02	R\$ 2.000,00	Nível Superior em Medicina Veterinária com registro no conselho de classe específico	40 horas semanais	90,00
23	Nutricionista	03	R\$ 1.500,00	Nível Superior em Nutrição com registro no conselho de classe específico	40 horas semanais	90,00
24	Odontólogo	05	R\$ 1.500,00	Nível Superior em Odontologia com registro no conselho de classe específico	40 horas semanais	90,00
25	Pedagogo	02	R\$ 1.545,03	Nível Superior em Pedagogia	25 horas semanais	90,00
26	Procurador Jurídico	01	R\$ 1.500,00	Nível Superior Direito com registro no conselho de classe específico	20 horas semanais	90,00
27	Professor Brailista	01	R\$ 1.545,03	Nível Superior de Licenciatura em qualquer área acrescido de certificado de especialista em Braille	25 horas semanais	90,00
28	Professor de Artes	02	R\$ 1.545,03	Nível Superior de Licenciatura Plena em Artes	25 horas semanais	90,00
29	Professor de Ensino Fundamental I (Creche)	08	R\$ 1.612,23	Nível Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia	30 horas semanais	90,00
30	Professor de Ensino Fundamental I (Séries Iniciais)	19*	R\$ 1.612,23	Nível Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia	30 horas semanais	90,00
31	Professor de Ensino Fundamental II (Ciências)	01	R\$ 1.545,03	Nível Superior de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas, Física ou Química	25 horas semanais	90,00
32	Professor de Ensino Fundamental II (Educação Física)	02	R\$ 1.545,03	Nível Superior de Licenciatura Plena em Educação Física com registro no conselho de classe específico	25 horas semanais	90,00
33	Professor de Ensino Fundamental II (Geografia)	02	R\$ 1.545,03	Nível Superior de Licenciatura Plena em Geografia	25 horas semanais	90,00
34	Professor de Ensino Fundamental II (História)	02	R\$ 1.545,03	Nível Superior de Licenciatura Plena em História	25 horas semanais	90,00
35	Professor de Ensino Fundamental II (Inglês)	01	R\$ 1.545,03	Nível Superior de Licenciatura Plena em Língua Inglesa ou Nível Superior de Licenciatura Plena em Letras com habilitação em Língua Inglesa	25 horas semanais	90,00
36	Professor de Ensino Fundamental II (Matemática)	04	R\$ 1.545,03	Nível Superior de Licenciatura Plena em Matemática	25 horas semanais	90,00
37	Professor de Ensino Fundamental II (Português)	03	R\$ 1.545,03	Nível Superior de Licenciatura Plena em Letras com habilitação em Língua Portuguesa	25 horas semanais	90,00
38	Professor de Libras	01	R\$ 1.545,03	Nível Superior de Licenciatura Plena em Letras Libras	25 horas semanais	90,00
39	Professor de Música	01	R\$ 1.545,03	Nível Superior de Licenciatura Plena em Música	25 horas semanais	90,00
40	Programador	01	R\$ 1.200,00	Nível Superior em Ciências da Computação ou Informática com	30 horas semanais	90,00

				habilitação em Programação		
41	Psicólogo	04	R\$ 1.500,00	Nível Superior em Psicologia com registro no Conselho de Classe específico	40 horas mensais	90,00
42	Psicólogo Escolar	01	R\$ 1.545,03	Nível Superior em Psicologia com registro no Conselho de Classe específico	25 horas semanais	90,00
43	Supervisor Escolar	02	R\$ 1.545,03	Nível Superior em Pedagogia	25 horas semanais	90,00
44	Terapeuta Ocupacional	01	R\$ 1.500,00	Nível Superior em Terapia Ocupacional com registro no Conselho de Classe específico	40 horas mensais	90,00
45	Urbanista	01	R\$ 1.500,00	Nível Superior em Arquitetura e Urbanismo com registro no Conselho de Classe específico	40 horas mensais	90,00

* Total de vagas incluindo-se a reserva para Pessoas Com Deficiência (PCD).

4. Os candidatos poderão ser distribuídos em quaisquer unidades administrativas do Município, seja zona urbana ou rural, de acordo com a necessidade administrativa, exceto para os cargos de Agente Comunitário de Saúde, Auxiliar de Serviços Diversos, Agente Administrativo, Monitor de Creche, Professor de Ensino Fundamental I (Creche), Professor de Ensino Fundamental I (Séries Iniciais), Professor de Ensino Fundamental II (Educação Física), Professor de Ensino Fundamental II (História), Professor de Ensino Fundamental II (Matemática), Professor de Ensino Fundamental II (Português), Professor de Libras e Vigilante Municipal.

5. As vagas previstas aos cargos públicos de Auxiliar de Serviços Diversos, Agente Administrativo, Monitor de Creche, Professor de Ensino Fundamental I (Creche), Professor de Ensino Fundamental I (Séries Iniciais), Professor de Ensino Fundamental II (Educação Física), Professor de Ensino Fundamental II (História), Professor de Ensino Fundamental II (Matemática), Professor de Ensino Fundamental II (Português), Professor de Libras e Vigilante Municipal obedecerão à seguinte distribuição por Localidade:

CARGO**	LOCALIDADE	Nº DE VAGAS DE AMPLA CONCORRÊNCIA
Auxiliar de Serviços Diversos	Zona Urbana	26
	Zona Rural	20
Agente Administrativo	Zona Urbana	12
	Zona Rural	03
Monitor de Creche	Zona Urbana	06
	Zona Rural	09
Professor de Ensino Fundamental I (Creche)	Zona Urbana	03
	Zona Rural	05
Professor de Ensino Fundamental I (Séries Iniciais)	Zona Urbana	04
	Zona Rural	15
Professor de Ensino Fundamental II (Educação Física)	Zona Urbana	01
	Zona Rural	01
Professor de Ensino Fundamental II (História)	Zona Urbana	01
	Zona Rural	01
Professor de Ensino Fundamental II (Matemática)	Zona Urbana	03
	Zona Rural	01
Professor de Ensino Fundamental II (Português)	Zona Urbana	02
	Zona Rural	01
Professor de Libras	Zona Urbana	-
	Zona Rural	01
Vigilante Municipal	Zona Urbana	06
	Zona Rural	04

**O Candidato deverá optar pela localidade específica para a qual concorrerá, ficando estabelecida como localidade específica a do quadro acima.

6. As vagas previstas ao cargo de Agente Comunitário de Saúde (ACS) obedecerão à seguinte distribuição por localidade:

MICRO ÁREA DE ABRANGÊNCIA	Nº DE VAGAS
Carapibus	06
Centro	03
Guruji	02
Jacumã	02
Loteamento Nossa Senhora da Conceição	03
Loteamento Nossa Senhora das Neves	02
Mata da Chica	02

7. Para todos os cargos, não haverá, em hipótese alguma, por parte da Administração Municipal, fornecimento de transporte ou alimentação para os candidatos que tomarem posse nos cargos oferecidos no presente concurso público.

III - DOS REQUISITOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

1. O candidato aprovado no Concurso de que trata este Edital somente estará apto para investir-se ao cargo público respectivo, se atender às seguintes exigências, na data da posse:
 - I – ter nacionalidade brasileira ou gozar das prerrogativas dos Decretos de nº 70.391/72 e de nº 70.436/72 e da Constituição Federal, Art. 12, parágrafo 1º;
 - II – ter idade mínima de 18(dezoito) anos;
 - III – estar em dia com as obrigações eleitorais;
 - IV – estar em dia com os deveres do serviço militar, para os candidatos do sexo masculino;
 - V – achar-se no pleno exercício dos direitos políticos e civis;
 - VI – possuir os documentos comprobatórios da escolaridade e pré-requisitos constantes da tabela do Capítulo II e dos documentos constantes do Capítulo XIX deste edital;
 - VII – não estar com idade de aposentaria compulsória;
 - VIII – no ato de posse o candidato não poderá estar incompatibilizado para nova investidura em Cargo público;
 - IX – ter aptidão física e mental e não ser portador de deficiência física incompatível com o exercício do Cargo, comprovada em inspeção realizada pela equipe multiprofissional indicada pela Prefeitura.
2. Para o cargo de **Agente Comunitário de Saúde (ACS)**, o candidato aprovado além dos pré-requisitos retro mencionados somente estará apto para investir-se ao cargo respectivo, se comprovar residência, a partir da publicação deste Edital, na comunidade para onde prestará o certame e houver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada, conforme exigência da Lei Federal nº 11.350/2006.
3. Para o cargo de **Agente de Combate às Endemias (ACE)**, o candidato aprovado além dos pré-requisitos retro mencionados somente estará apto para investir-se ao cargo respectivo, se houver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada, conforme exigência da Lei Federal nº 11.350/2006.
4. Para o cargo de **Guarda Civil Municipal**, o candidato aprovado somente estará apto para investir-se ao cargo público respectivo, se atender às seguintes exigências, na data da posse:
 - I – ter nacionalidade brasileira ou gozar das prerrogativas dos Decretos de nº 70.391/72 e de nº 70.436/72 e da Constituição Federal, Art. 12, parágrafo 1º;
 - II – ter idade mínima de 18(dezoito) anos e idade máxima de 30 (trinta) anos até a data da homologação do concurso público;
 - III – ter, no mínimo 1,65m de altura, se homem, e 1,60m, se mulher;
 - IV – ter reputação ilibada comprovada, mediante documentação;
 - V – estar em dia com as obrigações eleitorais e no gozo dos direitos políticos;
 - VI – estar em dia com os deveres do serviço militar, para os candidatos do sexo masculino;
 - VII – achar-se no pleno exercício dos direitos políticos e civis;
 - VIII – possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
 - IX – não estar respondendo a processo criminal;
 - X – possuir certificado de conclusão do Ensino Médio fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação;
 - XI – ter logrado êxito como aprovado nas provas objetivas e apto nas demais etapas de todas as fases do presente certame;
 - XII – haver concluído, com aproveitamento, curso de formação para Guarda Civil Municipal a ser oferecido pela Prefeitura do Município do Conde após a homologação do Certame.
5. O candidato que, na data da posse, não reunir os requisitos enumerados nos itens supracitados neste Capítulo, conforme o cargo, perderá o direito à investidura no cargo.

IV – DAS INSCRIÇÕES VIA INTERNET

1. As inscrições serão realizadas, exclusivamente, via Internet, no endereço eletrônico <http://www.advise.net.br>, no período entre **12 horas do dia 23 de fevereiro de 2016 até às 23 horas e 59 minutos do dia 17 de março de 2016**, observado o **horário local** e os itens estabelecidos nos Capítulos II e III, deste edital.
2. Para as inscrições feitas pela Internet, o candidato deverá acessar o site: <http://www.advise.net.br> e efetuar sua inscrição, conforme os procedimentos estabelecidos abaixo:
 - 2.1. Fazer a leitura do edital de abertura de inscrições para conhecer e estar ciente das exigências e regras contidas no mesmo;
 - 2.2. Preencher a Ficha de Inscrição disponibilizada no site acima;
 - 2.3. Indicar na Ficha de Inscrição o cargo interessado;
 - 2.3.1. O candidato deverá optar por apenas um cargo de opção no concurso.
 - 2.4. Imprimir o boleto bancário e pagar à respectiva taxa de inscrição, no valor correspondente a opção pleiteada, em qualquer agência bancária ou correspondente bancário;
 - 2.4.1. O boleto referente à inscrição via Internet, deverá ser pago até o dia **18 de março de 2016**.
3. O comprovante de inscrição do candidato será o próprio boleto, devidamente quitado até o momento anterior à liberação do Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI). Após a liberação dos cartões de confirmação de inscrição, estes passam a valer como documento de orientação para a realização das provas do certame;
4. O candidato que não recolher o valor da taxa de inscrição, através da quitação do boleto bancário, terá sua inscrição cancelada.
 - 4.1. O descumprimento das instruções para inscrição via Internet implicará na não efetivação da mesma.
5. Não haverá restituição do valor da taxa de inscrição, em hipótese alguma.
6. Não serão aceitas inscrições recebidas por depósito em caixa eletrônico, via postal, fac-símile, transferência em conta corrente, DOC, ordem de pagamento, condicionais e/ou extemporâneas ou por qualquer outra via que não as especificadas neste edital.
7. As informações prestadas na Ficha de Inscrição, via Internet, serão de inteira responsabilidade do candidato, reservando-se a ADVISE e a Prefeitura o direito de excluir do Concurso Público aquele que não preencher esse documento oficial de forma completa, correta e legível e/ou fornecer dados inverídicos ou falsos.
8. O deferimento da inscrição dependerá do correto preenchimento da Ficha de Inscrição *on line* pelo candidato, bem como, da compensação do boleto de pagamento referente à taxa de inscrição, com exceção, para este último aos candidatos economicamente hipossuficientes.
 - 8.1. Devido à inconsistência na compensação de boleto bancário por parte dos sistemas financeiros dos bancos, caso o candidato pague o boleto bancário referente à taxa de inscrição e o mesmo não conste na Lista de Candidatos Deferidos, quando da publicação desta, o mesmo deverá **obrigatoriamente**, manifestar-se no prazo de recurso desta etapa, sob pena de cancelamento de sua inscrição, caso sua manifestação ou solicitação de deferimento de inscrição seja feita em prazo extemporâneo.
 - 8.2. A ADVISE não se responsabiliza por solicitação de inscrição via Internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.
 - 8.3. A inscrição implicará a completa ciência e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital, sobre as quais não se poderá alegar desconhecimento.
 - 8.4. Em hipótese alguma, serão aceitos pedidos de alteração de cargo depois de efetuada a inscrição.
9. Fica vedado isenção total ou parcial e a devolução da taxa de inscrição, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência ou interesse da Prefeitura.

10. Não será permitida a transferência do valor pago como taxa de inscrição para outra pessoa, assim como a transferência da inscrição para pessoa diferente daquela que a realizou.

11. O candidato que fizer duplicidade de inscrição, que vier a coincidir o horário da realização das provas, prevalecerá a última inscrição, sendo nula a primeira, sem direito a ressarcimento.

12. A solicitação de condições especiais será atendida obedecendo a critérios de **viabilidade** e de **razoabilidade**.

12.1. O candidato **não portador de deficiência** que necessitar de qualquer tipo de condição especial para a realização das provas, deverá solicitá-la por escrito, até o encerramento das inscrições, via Sedex ou Aviso de Recebimento (AR) até o último dia das inscrições, à ADVISE, aos cuidados do Departamento de Planejamento de Concursos Públicos, localizada na Rua João Batista Amorim, 556, Centro, Guarabira, Paraíba, CEP 58200-000, informando quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos etc.), também durante o período de inscrições. Após este período, a solicitação será indeferida mediante comunicado ao candidato.

13. A candidata que tiver a necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar documento comprobatório da maternidade e um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e será responsável pela guarda da criança. A candidata nesta condição que não levar acompanhante, não realizará as provas.

14. Aos deficientes visuais (amblíopes) que solicitarem prova especial ampliada serão oferecidas provas nesse sistema, com tamanho de letra correspondente a corpo 24.

15. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

16. Não serão aceitas as solicitações de inscrição que não atenderem rigorosamente ao estabelecido neste edital.

V – DAS INSCRIÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD)

1. Às pessoas com deficiência que pretendem fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no Inciso VIII, Art. 37, da Constituição Federal e o estabelecido no Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02/12/2004, é assegurado o direito de efetuarem inscrição, cujas atribuições do cargo sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

1.1. As pessoas com deficiência (PCD) deverão fazer suas inscrições, também, pela internet.

2. Em obediência ao disposto no Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02/12/2004, aos candidatos com deficiência habilitados, será reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes ou que vierem a surgir no prazo de validade do Concurso.

3. Atendendo a determinação, ficam reservadas as seguintes vagas para Pessoas Com Deficiência (PCD):

CARGOS	VAGAS EXCLUSIVAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
Agente Administrativo	02
Agente Comunitário de Saúde (Micro Área: Carapibus)	01
Agente de Combate às Endemias	01
Auxiliar de Limpeza Urbana	03
Auxiliar de Serviços Diversos	04
Monitor de Creche	02
Professor de Ensino Fundamental I (Séries Iniciais)	02
Técnico em Enfermagem	01
Vigilante Municipal	01

4. Nos demais cargos, pela inexistência de vagas suficientes onde possam ser aplicadas as normas citadas no Item 1, deste Capítulo, não haverá reserva para pessoas com deficiência.

5. Consideram-se Pessoas Com Deficiência (PCD) aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no Art. 4º, do Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02/12/2004.

6. Ao ser convocado, o candidato deverá submeter-se a Perícia Médica indicada pela Prefeitura do Município do Conde que terá a assistência de equipe multiprofissional, que confirmará de modo definitivo o enquadramento da sua situação como Pessoa Com Deficiência (PCD) e a compatibilidade com o cargo pretendido.

7. Será eliminado da lista de Pessoas Com Deficiência (PCD) o candidato cuja deficiência, assinalada na Ficha de Inscrição, não se constate, devendo o mesmo constar apenas da lista de classificação geral de aprovados.

8. Será eliminado do Concurso Público o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição seja incompatível com o cargo pretendido.

9. A análise dos aspectos relativos ao potencial de trabalho da pessoa com deficiência obedecerá ao disposto no Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999, arts. 43 e 44, conforme especificado a seguir:

9.1. A avaliação do potencial de trabalho do candidato com deficiência, frente às rotinas do cargo, será realizada pela Prefeitura do Município do Conde, através de equipe multiprofissional.

9.2. A equipe multiprofissional emitirá parecer observando: a) as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição; b) a natureza das atribuições e tarefas essenciais do Cargo a desempenhar; c) a viabilidade das condições de acessibilidade e as adequações do ambiente de trabalho na execução das tarefas; d) a possibilidade de uso, pelo candidato, de equipamentos ou outros meios que habitualmente utilize; e e) o Código Internacional de Doença – CID e outros padrões reconhecidos nacional e internacionalmente.

10. As Pessoas Com Deficiência (PCD) participarão deste Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

11. A pessoa com deficiência que necessite de tratamento diferenciado no dia de aplicação das provas do concurso deverá requerê-lo, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização das provas (prova em braile ou ampliada). Neste caso, poderá ser feito, encaminhando até o dia **18/03/2016** para o seguinte endereço: à ADVISE, aos cuidados do Departamento de Planejamento de Concursos Públicos, localizada na Rua João Batista Amorim, 556, Centro, Guarabira, Paraíba, CEP 58200-000.

12. O candidato inscrito como Pessoa Com Deficiência (PCD) deverá comunicá-la, especificando-a na Ficha de Inscrição e até **18/03/2016** deverá encaminhar, via Sedex ou Aviso de Recebimento (AR), à ADVISE, aos cuidados do Departamento de Planejamento de Concursos Públicos, localizada na Rua João Batista Amorim, 556, Centro, Guarabira, Paraíba, CEP 58200-000, Caixa Postal n 95, o **Lauda médico** emitido no prazo máximo de 3 (três) meses antes do período de encerramento das inscrições (envio obrigatório), conforme ao disposto no Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999, Capítulo VII, Seção IV, Art. 39, Inciso IV.

12.1. Os candidatos que não atenderem, dentro do prazo especificado neste Edital, aos dispositivos mencionados nos itens 11, 12 e seus subitens, não terão a condição especial atendida ou serão considerados pessoas não deficientes, seja qual for o motivo alegado.

13. As vagas definidas no item 3, deste capítulo, que não forem providas por falta de candidatos, por reprovação no Concurso ou por não enquadramento como pessoa com deficiência na perícia médica, serão preenchidas pelos demais candidatos, em estrita observância à ordem classificatória.

14. Os candidatos que no ato da inscrição se declaram Pessoas Com Deficiência (PCD), se aprovados no concurso público, terão seus nomes publicados na lista geral dos aprovados e em lista à parte.

VI – DAS INSCRIÇÕES PARA CANDIDATOS ECONOMICAMENTE HIPOSSUFICIENTES

1. Às pessoas economicamente hipossuficientes que pretendem fazer sua inscrição no presente concurso público, é assegurado o direito de requer isenção da taxa de inscrição.

1.1. Os candidatos economicamente hipossuficientes deverão fazer suas inscrições, EXCLUSIVAMENTE, de forma presencial. Para isso, os interessados deverão procurar a Sede da Prefeitura do Município do Conde, localizada na Rod. PB-18, km-3, Centro, Conde, Paraíba, CEP 58.322-000, onde a ADVISE disponibilizará o Posto de Atendimento para essas inscrições no período de **25 a 29 de fevereiro de 2016**.

2. Para a realização da inscrição com isenção do pagamento da taxa de inscrição, o candidato deverá levar OBRIGATORIAMENTE uma cópia do boleto de pagamento da taxa de inscrição, o qual deve ser retirado, via Internet, após a realização da inscrição **on line** e anexar ao Formulário de Inscrição de Candidato Economicamente Hipossuficiente. O Formulário para os candidatos economicamente hipossuficientes estará disponível na sede da Prefeitura.

2.1. Para a realização da inscrição com isenção do pagamento da taxa de inscrição, o candidato deverá preencher, **cumulativamente**, os seguintes requisitos:

- a) ser cadastrado no SISTAC (Sistema de Isenção de Taxa de Concurso) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- b) preencher o Formulário de Inscrição disponível no Posto de Atendimento, no qual indicará o Número de Identificação Social – NIS atribuído pelo CadÚnico do Governo Federal; bem como, informando que é membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº. 6.135, de 2007;
- c) assinar declaração, que comprove a condição de hipossuficiência econômica, responsabilizando-se pelo teor da declaração, sob as penas da lei;
- d) apresentar cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, com identificação do último registro funcional, onde não deve constar a vigência de contrato de trabalho (demonstração da condição de desempregado) ou que comprove estar empregado e receber como renda até um salário mínimo;
- e) apresentar última declaração de Imposto de Renda, ou, declaração de isenção de Imposto de Renda, e;
- f) apresentar documento que comprove a vigência de seguro desemprego, se houver.

3. A relação dos candidatos com pedidos de isenção deferidos será disponibilizada na internet, no endereço eletrônico www.advise.net.br, até o dia **02 de março de 2016**.

4. A relação dos candidatos com pedidos de isenção indeferidos, contendo os respectivos motivos do indeferimento será divulgada, na internet, no endereço eletrônico www.advise.net.br, simultaneamente à divulgação dos pedidos de isenção deferidos.

5. O candidato disporá de dois dias úteis, a partir da data de divulgação da relação citada no subitem anterior, para interpor recurso contra o indeferimento do pedido de isenção de taxa, conforme procedimentos divulgados no **Edital Normativo nº 001/2015 – PMC/PB** da Prefeitura Municipal do Conde, no capítulo que compete aos recursos. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

6. A relação contendo o nome dos candidatos após os recursos será divulgada no dia **07 de março de 2016** no endereço eletrônico www.advise.net.br. O interessado que não tiver seu pedido de isenção deferido poderá recolher a taxa de inscrição, no prazo estipulado para as inscrições convencionais que vão até **18/03/2016**, mediante impressão do boleto que será disponibilizado no site www.advise.net.br.

7. Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição ao candidato que:

- a) omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
- b) fraudar e/ou falsificar documentação;
- c) não observar a forma, o prazo e os horários estabelecidos no subitem 1.1. deste edital;
- d) não possuir o NIS (Número de Identificação Social) já identificado e confirmado na base de dados do SISTAC, na data da sua inscrição;
- e) que não conter informações suficientes para a correta identificação do mesmo na base de dados do Órgão Gestor do CadÚnico.

8. Não serão aceitos pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição via fax, postal, correio eletrônico ou extemporâneo.

9. Será desconsiderado o pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição de candidato que, simultaneamente, tenha efetuado o pagamento da taxa de inscrição.

10. Não serão acatados pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição para candidatos que não preencham as condições para sua concessão, seja qual for o motivo alegado.

11. As informações prestadas no Formulário de Inscrição, referentes à isenção do pagamento da taxa de inscrição, serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo responder este, a qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que acarreta sua eliminação do concurso, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979.

12. A **Comissão Especial do Concurso Público** consultará o órgão gestor do CadÚnico e órgãos públicos municipais, estaduais e federais para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.

13. A declaração falsa sujeitará ao candidato às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 06 de setembro de 1979.

14. As pessoas economicamente hipossuficientes participarão deste Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

VII – DAS PROVAS

1. Os cargos com as respectivas provas, áreas temáticas, itens (questões), pontos por itens (questões) e o caráter avaliativo são os especificados no quadro abaixo:

NIVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO					
CARGO	PROVA	ÁREA TEMÁTICA	ITENS	PONTOS POR ITENS	CARÁTER AVALIATIVO
● Auxiliar de Limpeza Urbana ● Auxiliar de Serviços Diversos ● Coveiro ● Vigilante Municipal	Objetiva	Português	20	3,0	Eliminatório e Classificatório
		Matemática	10	2,0	
		Conhecimentos Gerais	10	2,0	

NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO					
CARGO	PROVA	ÁREA TEMÁTICA	ITENS	PONTOS POR ITENS	CARÁTER AVALIATIVO
<ul style="list-style-type: none"> ● Motorista – Categoria AB ● Motorista – Categoria D ● Operador de Máquinas Agrícolas 	Objetiva	Português	10	2,0	Eliminatório e Classificatório
		Conhecimentos Gerais	10	2,0	
		Conhecimentos Específicos	20	3,0	

NÍVEL MÉDIO COMPLETO					
CARGO	PROVA	ÁREA TEMÁTICA	ITENS	PONTOS POR ITENS	CARÁTER AVALIATIVO
<ul style="list-style-type: none"> ● Agente Administrativo ● Agente Comunitário de Saúde ● Agente de Combate às Endemias ● Atendente ● Auxiliar de Consultório Dentário ● Bombeiro Hidráulico ● Educador Social ● Eletricista ● Encanador ● Fiscal de Obras ● Interprete Brailista ● Interprete de Libras ● Mecânico ● Monitor de Creche ● Pedreiro ● Pintor ● Técnico de Contabilidade ● Técnico em Agropecuária ● Técnico em Análises Clínicas ● Técnico em Edificações ● Técnico em Enfermagem ● Técnico em Informática, Manutenção e Instalação ● Técnico em Prótese Dentária ● Topógrafo 	Objetiva	Português	10	2,0	Eliminatório e Classificatório
		Conhecimentos Gerais	10	2,0	
		Noções de Administração Pública	10	3,0	
		Conhecimentos Específicos	10	3,0	

NÍVEL MÉDIO COMPLETO (CARGO: GUARDA CIVIL MUNICIPAL)					
CARGO	PROVA OU FASE	ÁREA TEMÁTICA	ITENS	PONTOS POR ITENS	CARÁTER AVALIATIVO
● Guarda Civil Municipal	Objetiva	Português	10	2,0	Eliminatório e Classificatório
		Conhecimentos Gerais	10	2,0	
		Noções de Administração Pública	10	3,0	
		Conhecimentos Específicos	10	3,0	
	Prática de Capacidade Física				Eliminatório
	Avaliação Psicológica				Eliminatório
	Avaliação de Saúde				Eliminatório
Avaliação de Investigação Social				Eliminatório	

NÍVEL SUPERIOR COMPLETO					
CARGO	PROVA	ÁREA TEMÁTICA	ITENS	PONTOS POR ITENS	CARÁTER AVALIATIVO
<ul style="list-style-type: none"> ● Assistente Social ● Assistente Social Escolar ● Auditor Fiscal de Tributos Municipais ● Bibliotecário ● Biólogo ● Bioquímico ● Cirurgião Dentista Bucomaxilofacial ● Enfermeiro ● Engenheiro Civil 	Objetiva	Português	10	2,0	Eliminatório e Classificatório
		Conhecimentos Gerais	10	2,0	
			10	3,0	

<ul style="list-style-type: none"> ● Farmacêutico ● Fisioterapeuta ● Fonoaudiólogo ● Médico (Cardiologia) ● Médico (Dermatologia) ● Médico (Geriatria) ● Médico (Ginecologia) ● Médico (Neurologia) ● Médico (Psiquiatria) ● Médico (Sanitarista) ● Médico Veterinário ● Nutricionista ● Odontólogo ● Pedagogo ● Programador ● Psicólogo ● Psicólogo Escolar ● Terapeuta Ocupacional ● Urbanista 	Noções de Administração Pública			
	Conhecimentos Específicos	10	3,0	

NÍVEL SUPERIOR COMPLETO					
CARGO	PROVA	ÁREA TEMÁTICA	ITENS	PONTOS POR ITENS	CARÁTER AVALIATIVO
<ul style="list-style-type: none"> ● Assessor Jurídico ● Jornalista ● Procurador Jurídico 	Objetiva e Prova Discursiva	Português	10	2,0	Eliminatório e Classificatório
		Conhecimentos Gerais	10	2,0	
		Noções de Administração Pública	10	3,0	
		Conhecimentos Específicos	10	3,0	
		Prova Discursiva**			

**Conforme Capítulo X.

NÍVEL SUPERIOR COMPLETO CARGOS DO MAGISTÉRIO (EXCETO PARA O CARGO DE PROFESSOR II (LÍNGUA PORTUGUESA))					
CARGO	PROVA	ÁREA TEMÁTICA	ITENS	PONTOS POR ITENS	CARÁTER AVALIATIVO
<ul style="list-style-type: none"> ● Pedagogo ● Professor Braille ● Professor de Artes ● Professor de Ensino Fundamental I (Creche) ● Professor de Ensino Fundamental I (Séries Iniciais) ● Professor de Ensino Fundamental II (Ciências) ● Professor de Ensino Fundamental II (Educação Física) ● Professor de Ensino Fundamental II (Geografia) ● Professor de Ensino Fundamental II (História) ● Professor de Ensino Fundamental II (Inglês) ● Professor de Ensino Fundamental II (Matemática) ● Professor de Libras ● Professor de Música ● Supervisor Escolar 	Objetiva e Exame de Títulos	Português	10	2,0	Eliminatório e Classificatório
		Fundamentos da Educação	10	2,0	
		Noções de Administração Pública	10	3,0	
		Conhecimentos Específicos	10	3,0	
		Exame de Títulos****			

***Conforme Capítulo XII.

NÍVEL SUPERIOR COMPLETO CARGO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II (LÍNGUA PORTUGUESA)					
CARGO	PROVA	ÁREA TEMÁTICA	ITENS	PONTOS POR ITENS	CARÁTER AVALIATIVO
<ul style="list-style-type: none"> ● Professor de Ensino Fundamental II (Língua Portuguesa) 	Objetiva e Exame de Títulos	Conhecimentos Gerais	10	2,0	Eliminatório e Classificatório
		Fundamentos da Educação	10	2,0	
		Noções de Administração Pública	10	3,0	
		Conhecimentos Específicos	10	3,0	
		Exame de Títulos****			

***Conforme Capítulo XII.

VIII – DAS PROVAS OBJETIVAS

1. As Provas Objetivas constarão de 40 (quarenta) questões (conforme os Itens nos quadros do Capítulo anterior), todas de múltipla escolha com 05(cinco) alternativas de "A" a "E", e dessas alternativas somente 01(uma) deverá ser assinalada como correta.
2. As Provas Objetivas serão avaliadas numa escala de 000,0 (zero) a 100,0 (cem) com três decimais, tendo o valor das questões de acordo com os quadros do Capítulo anterior.
3. Para todos os cargos, os conteúdos programáticos para os candidatos inscritos encontram-se no **Anexo I** deste Edital e serão divulgados amplamente no período das inscrições no site www.advise.net.br.
4. Após a realização das Provas Objetivas, a ADVISE divulgará os respectivos gabaritos de respostas em um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas juntamente com cópias digitais das provas objetivas no sítio www.advise.net.br.

IX – DA PRESTAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS

1. As Provas Objetivas serão aplicadas na cidade do Conde - PB no dia **24 de abril de 2016**.
2. O candidato deverá retirar seu Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) no endereço eletrônico www.advise.net.br, a partir do dia **11 de abril de 2016** onde estará indicando a data, o local e o horário de realização das provas objetivas.
3. **Será de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento e consulta para verificar o seu local de prova, inclusive o acompanhamento de eventuais mudanças ocorridas posteriores a data de lançamento do Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI).**
4. Caso o número de candidatos inscritos exceda à oferta de lugares adequados existentes nas instituições de ensino localizados na cidade do Conde, a ADVISE reserva-se o direito de alocá-los em cidades próximas à determinada para aplicação das provas, não assumindo qualquer responsabilidade quanto ao transporte e alojamento desses candidatos.
5. A ADVISE e a Prefeitura Municipal do Conde não se responsabilizarão por eventuais coincidências de datas e horários de provas e quaisquer outras atividades.
6. Não serão dadas informações quanto ao local e horário de provas ou fornecimento de gabaritos após a realização das provas objetivas por telefones, fax ou correspondência por carta.
7. Ao candidato só será permitida a participação nas provas, na respectiva data, horário e local citado acima.
8. Não será permitida, em hipótese alguma, realização das provas em outro dia, horário ou fora do local designado.
9. **Os eventuais erros de digitação de nome, número de documento de identidade, sexo, data de nascimento etc., deverão ser corrigidos assim que o candidato tiver acesso ao Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI), devendo o mesmo entrar em contato com a ADVISE, através do e-mail contato@advise.net.br.**
10. Só será procedida a alteração de cargo, na hipótese em que o dado expresso pelo candidato em sua ficha de inscrição tenha sido transcrito erroneamente para o Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) ou nas Listas.
11. Caso o erro constatado tenha sido motivado por preenchimento incorreto por parte do candidato, não será efetuada a correção, sob hipótese alguma.
12. O Candidato deverá comparecer ao local designado para a prova com antecedência **mínima de 30 minutos**, munido de original de **um dos documentos** de identidade a seguir: Cédula Oficial de Identidade; Carteira e/ou cédula de identidade expedida pela Secretaria de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Passaporte; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe, que por lei federal, valem como documento de identidade (OAB, CRC, CRA, CRQ etc.) e Carteira Nacional de Habilitação (modelo expedido posterior à data de publicação da Lei Federal Nº 9.503/97); c) caneta esferográfica de tinta preta ou azul, lápis preto n.º 2 e borracha macia.
13. Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.
14. O comprovante de inscrição não terá validade como documento de identidade.
15. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.
16. A identificação especial também será exigida do candidato, cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia e/ou à assinatura do portador.
17. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.
18. Não serão aceitas cópias de documentos de identidade, ainda que autenticadas.
19. Não haverá segunda chamada seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.
20. No dia da realização das provas, na hipótese de o candidato não constar das listagens oficiais relativas aos locais de prova estabelecidos no Edital de Convocação, a ADVISE procederá à inclusão do referido candidato, através de preenchimento de formulário específico mediante a apresentação do **Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI)**.
21. A inclusão de que trata o **item 20**, deste capítulo, será realizada de forma condicional e será confirmada pela ADVISE, na fase de Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de se verificar a pertinência da referida inclusão.
22. Constatada a improcedência da inscrição de que trata o **item 20**, a mesma será automaticamente cancelada sem direito à reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.
23. O candidato que receber sua prova com quaisquer falhas de impressão, prova em branco ou Folha de Respostas em branco, não é motivo suficiente para exclusão do concurso público, devendo o mesmo requerer prova e gabarito reserva e comunicar ao supervisor do local onde realiza a prova, para anotação em Boletim de Ocorrência de Sala (BOS), sendo excluído do concurso o candidato caso assim não proceda.
24. O candidato que por ventura sentir-se mal durante a realização das provas, poderá interrompê-las até que se restabeleça no próprio local de realização das provas. Caso o candidato não se restabeleça em tempo hábil para terminar sua prova dentro do horário estabelecido, estará eliminado do concurso público.
25. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá requerer esse direito, conforme o Cronograma Previsto, bem como, deverá no dia da aplicação da prova, levar acompanhante que ficará em sala reservada para essa finalidade e será responsável pela guarda da criança.
26. Após resolver todas as Questões da prova, o candidato deverá marcar suas respostas, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, na Folha de Respostas, onde serão de sua inteira responsabilidade.
27. O preenchimento correto das bolhas ópticas deverá ser feito conforme as instruções específicas no Caderno de Questões, contidas também na própria Folha de Respostas.
28. Os fiscais da sala NÃO estão autorizados a fazer retificações de qualquer natureza nas instruções ou no enunciado das questões da prova. Se o próprio Supervisor de Setor, reconhecido por um dístico bem visível, não percorrer pessoalmente as salas, avisando sobre alguma alteração, o candidato não deverá fazer nada que contrarie o que especifica o seu Caderno de Provas.
29. No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da coordenação de aplicação destas, informações referentes ao seu conteúdo e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.
30. Para a realização das **Provas Objetivas**, o candidato lerá as questões no caderno de questões e marcará suas respostas na Folha de Respostas, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta. **A Folha de Respostas é o único documento válido para correção;**

31. Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emendas ou rasuras, ainda que legíveis.
32. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras óticas, prejudicando o desempenho do candidato.
33. Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal a folha de resposta e o caderno de questões, cedido para a execução da prova.
34. As provas terão a duração de 04 (quatro) horas. Iniciadas as provas, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorrida 1 hora;
35. A Folha de Resposta de cada candidato será personalizada, impossibilitando a substituição.
36. **Será automaticamente excluído do Concurso Público o candidato que:**
- 36.1. Apresentar-se após o fechamento dos portões ou fora dos locais pré-determinados;
- 36.2. Não apresentar o documento de identidade exigido no **item 12**. deste Capítulo;
- 36.3. Não comparecer a qualquer das provas, seja qual for o motivo alegado;
- 36.4. Ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal ou antes do tempo mínimo de permanência estabelecido no Item 34. deste Capítulo;
- 36.5. For surpreendido em comunicação com outro candidato ou terceiros, verbalmente, por escrito ou por qualquer outro meio de comunicação, sobre a prova que estiver sendo realizada;
- 36.6. For surpreendido utilizando-se de livros, notas, impressos **não permitidos** ou calculadoras;
- 36.7. For surpreendido portando aparelhos eletrônicos, agenda eletrônica, bip, MP Players, iPod, iPhone, iPad, gravador, notebook, Pager, palmtop, receptor, relógios com banco de dados, telefone celular, walkman, protetores auriculares e/ou equipamento similar;
- 36.8. Lançar mão de meios ilícitos para executar as provas.
- 36.9. Não devolver as Folhas de Respostas e o Caderno de Questões cedido para realização das provas.
- 36.10. Pertubar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos ou agir com descortesia em relação a qualquer dos examinadores, executores e seus auxiliares, ou autoridades presentes.
- 36.11. Fizer anotação de informações relativas às suas respostas fora dos meios permitidos.
- 36.12. Ausentar-se da sala de provas, a qualquer tempo, portando as folhas de respostas e/ou cadernos de questões.
- 36.13. Não cumprir as instruções contidas no caderno de questões de provas e nas folhas de respostas.
- 36.14. Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do concurso público.
37. Constatado, após as provas, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do concurso público, independentemente das sanções civis, penais e administrativas aplicadas à espécie.
38. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento do candidato da sala de provas.
39. A ADVISE não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas, nem por danos neles causados. Para isso, a ADVISE disponibilizará a cada candidato envelope com fechamento inviolável que servirá de porta objetos, devendo ser aberto somente do lado de fora do recinto de aplicação das provas.
40. Ao término da prova o candidato deverá devolver ao fiscal a Folha de Respostas DEVIDAMENTE ASSINADA, esclarecendo que a ADVISE fornecerá exemplares dos Cadernos de Questões aos candidatos, somente restando 01 (uma) hora para o término de aplicação das provas, sendo os respectivos modelos dos cadernos também disponibilizados no site da organizadora, em até 48 (quarenta e oito) horas após a aplicação das mesmas.
41. Após o término da(s) prova(s), o candidato deverá deixar imediatamente as dependências do local de prova, sendo terminantemente proibido ao mesmo fazer contato com candidatos que ainda não terminaram a(s) prova(s), sob pena de ser excluído do concurso público.
42. A avaliação da prova será realizada por sistema eletrônico de processamento de dados, considerados para esse efeito, exclusivamente, as marcações transferidas para a Folha de Respostas. O único documento válido e exclusivo para avaliação do candidato é a Folha de Respostas, para primeira fase concurso.
43. Aos Portadores de Necessidades Especiais serão asseguradas provas e/ou locais especiais, a depender das necessidades específicas, cabendo à coordenação do Concurso o cumprimento das demais condições do Edital.

X - DA PROVA DISCURSIVA (CARGOS: ASSESSOR JURÍDICO, JORNALISTA E PROCURADOR JURÍDICO)

1. A Prova Discursiva será realizada na cidade do Conde - PB, no mesmo dia e horário de aplicação das Provas Objetivas, ou seja, **24 de abril de 2016, a partir das 08h00min.**
- 1.1. Caso o número de candidatos inscritos exceda à oferta de lugares adequados existentes nas instituições de ensino localizados na cidade do Conde, a ADVISE reserva-se o direito de alocá-los em cidades próximas à determinada para aplicação das provas, não assumindo qualquer responsabilidade quanto ao transporte e alojamento desses candidatos.
2. A Prova Discursiva valerá 100,0 (cem) pontos e consistirá na elaboração de uma **peça dissertativa de contestação ou de defesa**, para os cargos de Assessor Jurídico e Procurador Jurídico e de um **texto jornalístico** para o cargo de Jornalista, com, no máximo, 30 linhas, com base em tema formulado pela banca examinadora.
3. A Prova de Discursiva deverá ser feita pelo próprio candidato, à mão, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para realização das provas. Nesse caso, se houver necessidade, o candidato será acompanhado por um agente da ADVISE devidamente treinado, para o qual deverá ditar os textos, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.
4. A folha de texto definitivo da Prova Discursiva não poderá ser assinado, rubricado e/ou conter qualquer palavra e/ou marca que o identifique em outro local que não seja o indicado, sob pena de ser anulado. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição dos textos definitivos acarretará nota ZERO na Prova Discursiva.
5. A folha de texto definitivo será o único documento válido para a avaliação da Prova Discursiva. As folhas para rascunho no caderno de prova são de preenchimento facultativo e não valerão para tal finalidade.
6. A folha de texto definitivo não será substituída por erro de preenchimento do candidato.
7. Só serão avaliadas as Provas Discursivas dos 50,0 (cinquenta) primeiros colocados na Prova Objetiva. Caso haja empate na pontuação dos candidatos que estiverem na margem do número 50,0 (cinquenta), serão convocados todos os que desta margem estiverem empatados.
8. A avaliação da Prova Discursiva pautar-se-á em aspectos baseados em parâmetros de avaliação da proposta exigida, que mobiliza o repertório de conhecimentos do candidato, atribuindo-se um valor total de 000,0 (zero) a 100,0 (cem), em relação aos seguintes critérios:

Crerios	Domnios avaliados	Pontuao
1. Coerncia textual	Desenvolver procedimentos e estratgias de construo da seqncia do texto, de forma que abranjam as condies de regularidade e funcionamento do texto, levando em conta a temtica exigida.	20,0
2. Coeso textual	Demonstrar conhecimentos sobre o uso de recursos coesivos, de forma articulada, e que	20,0

	promovam o encadeamento das ideias.	
3. Consistência dos argumentos	Apresentar e organizar informações e opiniões, de modo que exponham pontos de vista com argumentações pertinentes e consistente.	30,0
4. Aspectos gramaticais	Demonstrar domínio linguístico-gramatical no uso de aspectos exigidos pela norma da língua padrão.	20,0
5. Adequação vocabular e escolha lexical	Mostrar domínio lexical, de maneira que as condições de escolha das palavras na sua perspectiva lexical sejam usadas, em função da clareza de sentido na construção do texto.	10,0

9. Será atribuída, ainda, nota 000,0 (zero) à Prova Discursiva que se enquadrar nos seguintes casos:

CrITÉRIOS	Descrição dos casos
1. Branco	Folha de Resposta em branco
2. Nulo	Textos considerados inadequados em relação à situação de produção
3. Ilegível	Textos com letra totalmente ilegível
4. Desconsiderado	Texto com fuga total ao tema

10. No caso dos candidatos surdos, a Prova Discursiva será avaliada, considerando os aspectos semânticos e reconhecendo "a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa", conforme DECRETO Nº 5.626, de dezembro de 2005, e terão revisores com domínio de LIBRAS e usuários dessa língua.

11. Em relação às normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa – Decreto 6583, de 29 de setembro de 2008, a ADVISE, determina que os candidatos optem por seguir as novas regras ortográficas.

XI – DA PROVA PRÁTICA DE CAPACIDADE FÍSICA PARA O CARGO DE GUARDA CIVIL MUNICIPAL

1. Para o cargo de Guarda Civil Municipal, a prova prática de capacidade física será realizada em data a ser divulgada em edital específico **no site www.advise.net.br**. Os candidatos ao cargo de Guarda Civil Municipal deverão ficar atentos ao Edital de Convocação a ser publicado no site da ADVISE e através de listas que estarão afixadas na Sede da Prefeitura do Município do Conde.

2. **Será de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento e consulta para verificar o local de prova, inclusive o acompanhamento de eventuais mudanças ocorridas posteriores a data de lançamento do Cronograma Previsto para a realização desta etapa.**

3. A prova prática de capacitação física tem por objetivo avaliar a agilidade, resistência muscular e resistência aeróbica do candidato, consideradas indispensáveis ao exercício das atividades inerentes ao cargo de Guarda Civil Municipal. Serão convocados para esta Etapa somente os candidatos aprovados na etapa anterior que tiver obtido nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos e que estiverem na margem de 02 (duas) vezes a quantidade de vagas oferecidas no presente Concurso Público.

4. Para participar da prova prática de capacitação física, o candidato deverá apresentar-se no local e horário a ser divulgado, portando:

- documento de Identidade;
- atestado médico com data igual ou posterior a da publicação deste Edital, de que goza de boa saúde e que apresenta condições físicas para realização dos testes físicos previstos neste Edital.

5. Recomenda-se aos candidatos que façam uma refeição leve antes de dirigir-se ao local da prova, evitando fazê-la em jejum.

6. O candidato deverá comparecer à prova prática de capacidade física devidamente trajado com:

- Sexo masculino: bermuda ou calção, camiseta, tênis e meias;
- Sexo feminino: bermuda ou calção, camiseta, tênis e meias.

7. A prova de capacitação física consistirá em:

- Teste 1 – Abdominal
- Teste 2 – Teste da Sinuosa
- Teste 3 – Apoio sobre o Solo
- Teste 4 – Corrida / Caminhada

8. A descrição dos testes a serem realizados corresponde aos seguintes:

a) **teste 1:** abdominal, consistirá em exercícios abdominais. O candidato, deitado em decúbito dorsal, pernas flexionadas, joelhos formando um ângulo de 90°, planta dos pés no solo, pés fixados pelo avaliador e mãos na nuca, realizará a flexão da coluna até encostar os cotovelos nos joelhos, voltando à posição inicial até que as omoplatas toquem o solo.

Mede-se o número de repetições corretas realizadas em 1 (um) minuto.

b) **teste 2:** teste da Sinuosa, consistirá em percorrer um trajeto sinuoso demarcado por cinco cones, distante 1,50 metros entre si, estando o primeiro a 3 metros da linha de partida. O candidato deverá sair atrás da linha de partida e fazer o trajeto correndo, nos sentidos de ida e volta, ultrapassando os obstáculos sinuosamente, cruzando a linha de chegada ainda correndo. Mede-se o tempo gasto para realizar o percurso.

c) **teste 3:** Apoio sobre o Solo, consistirá em ficar em 4 (quatro) apoios (as duas mãos e os dois pés), com o corpo em extensão e cotovelos estendidos e realizar a flexão dos cotovelos até que estes fiquem ao nível dos ombros, sem tocar o chão, voltando à posição inicial, realizando a extensão dos cotovelos. Medir-se-á o número de repetições corretas realizadas durante o tempo de 1 (um) minuto.

Para as mulheres o teste sofrerá adaptação na posição inicial: elas se apoiarão nos joelhos em vez de se apoiarem nos pés.

d) **teste 4:** Corrida/Caminhada, consistirá em correr ou andar em uma pista de atletismo de 400 metros, durante 12 minutos, percorrendo a maior distância possível e procurando manter a velocidade constante.

9. Serão considerados aptos na prova prática de capacidade física os candidatos que obtiverem o desempenho mínimo descrito na tabela abaixo:

Teste	Desempenho Mínimo	
	Masculino	Feminino
Flexão abdominal em 1 (um) minuto	23 vezes	20 vezes
Corrida Sinuosa	15 segundos	15 segundos
Apoio de frente sobre o solo em 1 (um) minuto	18 vezes	15 vezes
Corrida em 12 (doze) minutos	2.100 metros	1.800 metros

XII – DO EXAME DE TÍTULOS (CARGOS DO MAGISTÉRIO)

1. Concorrerão ao Exame de Títulos somente os candidatos aos cargos de Pedagogo, Professor Brailista, Professor de Artes, Professor de Ensino Fundamental I, Professor de Ensino Fundamental II (Ciências), Professor de Ensino Fundamental II (Educação Física), Professor de Ensino Fundamental II (Geografia), Professor de Ensino Fundamental II (História), Professor de Ensino Fundamental II (Inglês), Professor de Ensino Fundamental II (Língua Portuguesa), Professor de Ensino Fundamental II (Matemática), Professor de Libras, Professor de Música e Supervisor Escolar, habilitados nas Provas Objetivas.
2. O candidato que não preencher o Formulário de Títulos e que não assiná-lo, em hipótese alguma, seus títulos serão computados.
3. Somente serão computados os títulos dos candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 50,0 (cinquenta) pontos e que estiverem na margem de 03 (três) vezes a quantidade de vagas oferecidas para os cargos citados no item 1 deste capítulo. Os candidatos que não tiverem seus títulos computados, mas que forem aprovados no Concurso Público poderão, possivelmente, serem convocados, caso a Prefeitura do Município do Conde haja necessário.
4. Os títulos deverão ser entregues em data a ser divulgada em edital específico, em **fotocópia autenticada**, encadernados e em espiral, na **Prefeitura do Município do Conde**, situada na Rod. PB-18 km-3, Centro, Conde - PB, CEP 58.322-000, não sendo permitida a entrega posterior a este prazo ou a juntada ou substituição de quaisquer documentos extemporâneos.
5. Será desconsiderado o título que não preencher devidamente os requisitos da comprovação e/ou que não estiver especificado no presente Capítulo.
6. A comprovação da atividade profissional, far-se-á através de CERTIDÃO emitida pela gestão da unidade de exercício do interessado, especificando o período do efetivo exercício ou quando se tratar de experiência em instituição particular através de cópia autenticada da Carteira Profissional.
7. Os certificados expedidos em língua estrangeira deverão vir acompanhados pela correspondente tradução efetuada por tradutor juramentado.
8. A nota máxima do Exame de Títulos é de 30,0 pontos.
9. A nota do Exame de Títulos será somada com o resultado Final das Provas Objetivas, podendo chegar a até 130,0 pontos.
10. Para efeito de classificação no resultado final do Concurso, o candidato, mesmo que não obtenha nota no Exame de Títulos e/ou não apresente documentos que favoreçam ao Exame de Títulos poderá ser aprovado, desde que, a sua nota nas provas objetivas não seja inferior a 50,0 pontos. Todo o trabalho de recebimento, contagem e verificação dos Títulos será executado pela ADVISE.
11. O Exame de Títulos será avaliado, conforme a pontuação especificada no quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÃO DE TÍTULOS	MÁXIMO DE TÍTULOS	MÁXIMO DE ANOS	PONTOS
Doutorado	01	-	09,0
Mestrado	01	-	07,0
Especialização	01	-	04,0
Efetivo exercício profissional na área objeto do Concurso Público, a qual concorrerá ao cargo (por ano de exercício).	-	05	02,0

12. **Não serão considerados:** título com autenticação fora do prazo estabelecido (considerar-se-á prazo estabelecido para entrega de títulos o último dia de recebimento); cópia de contrato de trabalho; declaração de experiência de trabalho; carta de recomendação; atestado de capacidade técnica; ano letivo corrido menor que 10 meses; experiência não docente (exceto para os cargos de Pedagogo e Supervisor Escolar), *curriculum vitae* descritivo e/ou cópia digital de plataforma *lattes*.

XIII – DO CURSO INTRODUTÓRIO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA PARA OS CARGOS DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS) E AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)

1. Para os cargos de Agente Comunitário de Saúde (ACS) e Agente de Combate às Endemias, o Curso de Formação Inicial e Continuada será de caráter eliminatório e estará apto o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50,0 (cinquenta) pontos obedecendo à ordem de classificação, em número igual a 2 (duas) vezes o número de vagas oferecidas por área no presente Concurso Público.
2. Será eliminado do Concurso Público o candidato que deixar de efetuar a matrícula no Curso de Formação Inicial e Continuada, se afastar do curso por qualquer motivo, não frequentar, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das horas de aulas e não obtiver 60% (sessenta por cento) de aproveitamento na avaliação teórica e prática do referido Curso.
3. O Curso de Formação Inicial e Continuada será de 8 (oito) horas-aula a ser realizado na cidade do Conde, estando sujeito a ser realizado no horário diurno e/ou noturno.
4. O Edital de Convocação para o Curso de Formação Inicial e Continuada será divulgado pela Comissão Especial do Concurso Público no site www.advise.net.br, bem como, será afixado no Mural de Informações da Sede da Prefeitura do Município do Conde, especificando o local e data de realização do curso.
5. **Será de inteira responsabilidade do candidato ficar atualizado sobre as informações a respeito dos avisos, comunicados e convocações a respeito do Curso de Formação Inicial e Continuada.**
6. O candidato aprovado no Curso de Formação Inicial e Continuada receberá um Certificado de Conclusão de Curso que servirá de requisito para a investidura no cargo.

XIV – DA CLASSIFICAÇÃO

1. A classificação dos candidatos dar-se-á na ordem decrescente das notas obtidas nas provas, por cargo de opção, sendo classificado o candidato que obtiver a nota igual ou superior a 50,0 (cinquenta) pontos.
 - 1.1. Os candidatos com nota inferior a 50,0 (cinquenta) pontos estarão automaticamente eliminados.
2. Na hipótese de igualdade de nota final entre os candidatos, terá preferência, para fins de desempate, após a observância à Lei Federal nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso), Art. 27, Parágrafo Único, sucessivamente, o candidato que:
 - 2.1. Para os cargos de Auxiliar de Limpeza Urbana, Auxiliar de Serviços Diversos, Coveiro e Vigilante Municipal, aquele que:
 - a) obtiver maior nota na prova de Português;
 - b) obtiver maior nota na prova de Matemática;
 - c) obtiver maior nota na prova de Conhecimentos Gerais;
 - d) persistindo o empate, o desempate será por sorteio público.

2.2. Para os cargos de Agente Administrativo, Agente Comunitário de Saúde, Agente de Combate às Endemias, Assistente Social, Assistente Social Escolar, Atendente, Auditor Fiscal de Tributos Municipais, Auxiliar de Consultório Dentário, Bibliotecário, Biólogo, Bioquímico, Bombeiro Hidráulico, Cirurgião Dentista Bucomaxilofacial, Educador Social, Eletricista, Encanador, Enfermeiro, Engenheiro Civil, Farmacêutico, Fiscal de Obras, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Guarda Civil Municipal, Interpretador Braille, Interpretador de Libras, Mecânico, Médico (Cardiologia), Médico (Dermatologia), Médico (Geriatria), Médico (Ginecologia), Médico (Neurologia), Médico (Psiquiatria), Médico (Sanitarista), Médico Veterinário, Monitor de Creche, Motorista – Categoria AB, Motorista – Categoria D, Nutricionista, Odontólogo, Operador de Máquinas Agrícolas, Pedreiro, Pintor, Programador, Psicólogo, Psicólogo Escolar, Técnico de Contabilidade, Técnico em Agropecuária, Técnico em Análise Clínica, Técnico em Edificações, Técnico em Enfermagem, Técnico em Informática, Manutenção e Instalação, Técnico em Prótese Dentária, Terapeuta Ocupacional, Topógrafo e Urbanista, aquele que:

- a) obtiver maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;
- b) obtiver maior nota na prova de Noções de Administração Pública;
- c) obtiver maior nota na prova de Português;
- d) obtiver maior nota na prova de Conhecimentos Gerais;
- e) persistindo o empate, o desempate será por sorteio público.

2.3. Para os cargos de Pedagogo, Professor Braille, Professor de Artes, Professor de Ensino Fundamental I, Professor de Ensino Fundamental II (Ciências), Professor de Ensino Fundamental II (Educação Física), Professor de Ensino Fundamental II (Geografia), Professor de Ensino Fundamental II (História), Professor de Ensino Fundamental II (Inglês), Professor de Ensino Fundamental II (Língua Portuguesa), Professor de Ensino Fundamental II (Matemática), Professor de Libras, Professor de Música e Supervisor Escolar, aquele que:

- a) obtiver maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;
- b) obtiver maior nota na prova de Noções de Administração Pública;
- c) obtiver maior nota na prova de Português;
- d) obtiver maior nota na prova de Fundamentos da Educação;
- e) obtiver maior nota no Exame de Títulos;
- f) persistindo o empate, o desempate será por sorteio público.

2.4. Para o cargo de Professor de Ensino Fundamental II (Língua Portuguesa), aquele que:

- a) obtiver maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;
- b) obtiver maior nota na prova de Noções de Administração Pública;
- c) obtiver maior nota na prova de Fundamentos da Educação;
- d) obtiver maior nota na prova de Conhecimentos Gerais;
- e) obtiver maior nota no Exame de Títulos;
- f) persistindo o empate, o desempate será por sorteio público.

2.5. Para os cargos de Assessor Jurídico, Jornalista e Procurador Jurídico, a classificação dos candidatos dar-se-á na ordem decrescente das notas obtidas nas provas, sendo classificado o candidato que obtiver a nota igual ou superior a 50,0 (cinquenta) pontos nas Provas Objetivas e na Prova Discursiva.

2.6.1. Os candidatos com nota inferior a 50,0 (cinquenta) pontos em qualquer das provas estarão automaticamente eliminados.

2.6.2. Para efeito de classificação final, o cálculo da pontuação dos candidatos será feito mediante os seguintes critérios:

$$(NPO + NPD) \div 2,0 = NF$$

Onde

NPO = Nota da Prova Objetiva;

NPR = Nota da Prova Discursiva;

NF = Nota Final.

2.6.3. Na hipótese de igualdade de nota final entre os candidatos, terá preferência, para fins de desempate, após a observância à Lei Federal nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso), Art. 27, Parágrafo Único, sucessivamente, o candidato que:

- a) obtiver maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;
- b) obtiver maior nota na prova de Noções de Administração Pública;
- c) obtiver maior nota na prova de Português;
- d) obtiver maior nota na prova de Conhecimentos Gerais;
- e) obtiver maior nota na Prova Discursiva;
- f) persistindo o empate, o desempate será por sorteio.

XV - DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PARA O CARGO DE GUARDA CIVIL MUNICIPAL

1. Para o cargo de Guarda Civil Municipal, a Avaliação Psicológica será de caráter eliminatório e estará apto o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50,0 (cinquenta) pontos na prova objetiva obedecendo à ordem de classificação, bem como, estiver APTO na Prova Prática de Capacidade Física, em número igual a 02 (duas) vezes o número de vagas oferecidas por área no presente Concurso Público.

2. A Avaliação Psicológica consistirá na aplicação coletiva de testes psicológicos, que objetiva verificar a adequação do perfil psicológico pessoal do candidato ao perfil psicológico profissional da classe Guarda Civil Municipal.

3. O candidato deverá comparecer ao local designado para a avaliação psicológica munido de Cédula Oficial de Identidade; Carteira e/ou cédula de identidade expedida pela Secretaria de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Passaporte; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe, que por lei federal, valem como documento de identidade (OAB, CRC, CRA, CRQ etc.) e Carteira Nacional de Habilitação (modelo expedido posterior à data de publicação da Lei Federal Nº 9.503/97); c) caneta esferográfica de tinta preta ou azul, lápis preto n.º 2 e borracha macia.

3.1. O documento apresentado deverá estar em perfeita condição, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

4. O perfil psicológico profissional do candidato deverá atender as características relacionadas abaixo:

- 1 – inteligência geral (adequada);
- 2 – capacidade de relacionamento interpessoal elevado;
- 3 – capacidade de improvisação adequada;
- 4 – bom controle emocional;
- 5 – agressividade controlada, bem canalizada e adequada;
- 6 – sinais de fobia ausentes;
- 7 – impulsividade diminuída;

- 8 – memória auditiva e visual adequadas;
- 9 – criatividade adequada;
- 10– bom grau de iniciativa e decisão;
- 11– capacidade de liderança;
- 12– fluência verbal adequada.

5. A Avaliação Psicológica será composta de testes psicológicos de acordo com as normas regidas pelo Conselho Federal de Psicologia.

6. A análise a ser empreendida nos testes psicológicos, de caráter eliminatório, resultará no conceito "APTO" ou "INAPTO", sendo:

- a) APTO: o candidato que apresentar, nesta etapa do certame, perfil psicológico pessoal compatível com o perfil profissional, descrito no presente edital;
- b) INAPTO: o candidato que não apresentar, nesta etapa do certame, perfil psicológico pessoal compatível com o perfil profissional, descrito no presente edital.

7. O candidato considerado "INAPTO" no teste psicológico não pressupõe a existência de transtornos mentais, indica tão somente que o candidato não atendeu à época dos exames os parâmetros exigidos aos desempenhos das funções de Guarda Civil Municipal.

8. Não será atribuída nota ao candidato na prova de avaliação psicológica, portanto ficará mantida a classificação para os candidatos APTOS de acordo com a nota obtida na Prova Objetiva.

9. Caso o candidato, mesmo classificado nas etapas anteriores, não seja considerado APTO pela Avaliação Psicológica, será eliminado do presente Concurso Público.

9.1. O candidato considerado "INAPTO" na avaliação psicológica não será submetido à nova avaliação psicológica.

10. O local e a data da aplicação da Avaliação Psicológica serão comunicados aos candidatos aprovados, com a devida antecedência, através de edital de convocação a ser publicado no site www.advise.net.br.

11. Será de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento e consulta para verificar o local de prova, inclusive o acompanhamento de eventuais mudanças ocorridas posteriores a data de lançamento do Cronograma Previsto para a realização desta etapa.

XVI – DA AVALIAÇÃO DE SAÚDE PARA O CARGO DE GUARDA CIVIL MUNICIPAL

1. Para o cargo de Guarda Civil Municipal, a Avaliação de Saúde será de caráter eliminatório e estará APTO o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50,0 (cinquenta) pontos na prova objetiva obedecendo à ordem de classificação, bem como, estiver APTO na Prova Prática de Capacidade Física e estiver APTO na Avaliação Psicológica, em número igual a 02 (duas) vezes o número de vagas oferecidas por área no presente Concurso Público.

2. A Avaliação de Saúde consistirá em exames que objetivam avaliar a condição geral de saúde física dos candidatos compreendendo os seguintes exames:

- a) Radiografia do tórax;
- b) Glicose;
- c) Ureia;
- d) Creatina;
- e) Hemograma completo;
- f) VDRL;
- g) EAS (Exame de Análise do Sedimento);
- h) Exame Parasitológico de Fezes;
- i) Exame Ginecológico e de Mamas (somente para mulheres);
- j) Audiometria;
- k) Exame Clínico Odontológico;
- l) Teste Ergométrico.

9. Caso o candidato, mesmo classificado nas etapas anteriores, não seja considerado APTO pela Avaliação de Saúde, será eliminado do presente Concurso Público.

9.1. O candidato considerado "INAPTO" na avaliação de saúde **não será submetido à nova avaliação.**

10. Os candidatos deverão ficar atentos ao edital de convocação para o recebimento do Protocolo de Solicitação de Exames, bem como, para a entrega dos exames realizados. O Edital de Convocação será publicado no site www.advise.net.br.

11. Será de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento e consulta do Edital de Convocação, inclusive o acompanhamento de eventuais mudanças ocorridas posteriores a data de lançamento do Cronograma Previsto para a realização desta etapa.

XVII – DA INVESTIGAÇÃO SOCIAL PARA O CARGO DE GUARDA CIVIL MUNICIPAL

1. A Investigação Social para o cargo de Guarda Civil Municipal, com base ao disposto Item VII, do Art. 10, da Lei Federal nº 13.022 (Estatuto Geral das Guardas Municipais), de 08 de agosto de 2014, visa atender a necessidade de definir normas disciplinares de avaliação do procedimento irrepreensível e da idoneidade moral inatacável, exigidos aos candidatos no concurso público para provimento de Guarda Civil Municipal.

2. O procedimento irrepreensível e a idoneidade moral inatacável serão apurados por meio de investigação sobre a vida pregressa e atual do candidato, no âmbito social, funcional, civil e criminal dos candidatos inscritos no presente concurso público para provimento do cargo de Guarda Civil Municipal.

3. A investigação citada no item 1. deste Capítulo é da competência da Comissão Especial do Concurso Público em consonância com a Empresa ADVISE.

4. A investigação terá início por ocasião da inscrição do candidato no concurso público e terminará com o ato de nomeação.

5. O candidato deverá apresentar, em momento definido em edital de convocação específico, os originais dos seguintes documentos, todos indispensáveis ao prosseguimento no certame:

I- certidão de antecedentes criminais, das cidades da Jurisdição onde reside:

- a) da Justiça Federal;
- b) da Justiça Estadual ou do Distrito Federal;
- c) da Justiça Militar Federal, inclusive para os candidatos do sexo feminino;
- d) da Justiça Militar Estadual ou do Distrito Federal, inclusive para os candidatos do sexo feminino;

II- certidão de antecedentes criminais da Justiça Eleitoral;

III - certidões dos cartórios de execução cível das cidades onde reside.

5.1. Somente serão aceitas certidões expedidas, no máximo, nos 90 (noventa) dias anteriores à data de entrega fixada em edital e dentro do prazo de validade específico se constante da mesma.

5.2. Serão desconsiderados os documentos rasurados.

5.3. A Comissão Especial do Concurso Público e a ADVISE poderão solicitar, a qualquer tempo durante a investigação, outros documentos necessários para a comprovação de dados ou para o esclarecimento de fatos e situações envolvendo o candidato.

6. São fatos que afetam o procedimento irrepreensível e a idoneidade moral inatacável do candidato:

- I - habitualidade em descumprir obrigações legítimas;
- II - relacionamento ou exibição em público com pessoas de notórios e desabonadores antecedentes criminais;

- III - vício de embriaguez;
 - IV - uso de droga ilícita;
 - V - prostituição;
 - VI - prática de ato atentatório à moral e aos bons costumes;
 - VII - prática habitual de jogo proibido;
 - VIII - respondendo ou indiciado em inquérito policial, envolvido como autor em termo circunstanciado de ocorrência, ou respondendo a ação penal ou a procedimento administrativo-disciplinar;
 - IX - demissão de cargo público e destituição de cargo em comissão, no exercício da função pública, em qualquer órgão da administração direta e indireta, nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, mesmo que com base em legislação especial;
 - X - demissão por justa causa nos termos da legislação trabalhista;
 - XI - existência de registros criminais;
 - XII - declaração falsa ou omissão de registro relevante sobre sua vida pregressa;
 - XIII - outras condutas que revelem a falta de idoneidade moral do candidato.
7. Será passível de eliminação do concurso público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o candidato que:
- I- deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no item 5. deste Capítulo, nos prazos estabelecidos nos editais específicos;
 - II- apresentar documento ou certidão falsos;
 - III - apresentar certidão com expedição fora do prazo previsto no subitem 5.1. deste Capítulo;
 - IV - apresentar documentos rasurados;
 - V- tiver sua conduta enquadrada em qualquer das alíneas previstas item 6. deste Capítulo;
8. A Comissão Especial do Concurso Público possui as seguintes atribuições:
- I- promover à apreciação das informações, indicando infringência de qualquer dos dispositivos elencados no item 6 deste Capítulo, ou contendo dados merecedores de maiores esclarecimentos;
 - II - deliberar por notificar candidato, o qual deverá apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
 - III - analisar e julgar defesa escrita de candidato, fundamentando, expondo os argumentos de fato e de direito, em ata a ser lavrada pelo Presidente da Comissão Especial do Concurso Público, que será assinada pelos demais integrantes da Comissão.
- 8.1. Caso a Comissão decida pela exclusão do candidato, este será devidamente cientificado.
- 8.1.1. O candidato que desejar interpor recurso contra a exclusão provisória na investigação social disporá de dois dias para fazê-lo, a contar do dia seguinte da cientificação.
- 8.1.1.1. O recurso contra a exclusão provisória na investigação social deverá ser dirigido ao Presidente da Comissão Especial do Concurso Público.
- 8.1.1.2. Caso indeferido o recurso contra a exclusão provisória na investigação social, o candidato será definitivamente eliminado do concurso público.
9. Será publicada em edital a relação dos candidatos eliminados do concurso público com base na investigação social.
10. Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento das regras deste Capítulo.

XVIII – DOS RECURSOS

1. Serão admitidos recursos quanto:
- a) Ao indeferimento do requerimento da isenção do pagamento da taxa de inscrição para candidatos economicamente hipossuficientes;
 - b) Ao indeferimento de inscrição;
 - c) Ao indeferimento do requerimento para concorrer às vagas reservada às Pessoas Com Deficiência (PCD);
 - d) Ao indeferimento da solicitação de condições especiais de prova;
 - e) Às questões das Provas Objetivas e Discursiva e Gabaritos das questões;
 - f) Ao resultado das Provas Objetivas/Discursivas;
 - g) Ao resultado da Prova Prática de Capacidade Física;
 - h) Ao resultado do Exame de Títulos;
 - i) Ao resultado do Curso de Introdução e Formação Continuada;
 - j) Ao resultado da Avaliação Psicológica;
 - k) Ao resultado da Avaliação de Saúde;
 - l) Ao resultado da Investigação Social.
2. Somente será admitido 1 (um) recurso por candidato, em relação a cada alínea do item anterior.
- 2.1. O recurso relativo ao item “1. e” poderá conter as ponderações dos candidatos, referentes a mais de uma questão da prova objetiva ou de mais de um dos gabaritos oficiais preliminares da questão, devendo, para tanto, ser formulado apenas dentro de um instrumento de recurso (pedido) único.
- 2.2. Os recursos relativos ao item “1.a”, “1.b”, “1.c”, “1.d”, “1.e”, “1.f”, “1.g”, “1.h”, “1.i”, “1.j”, “1.k” e “1.l”, deverão ser interpostos com prazo de 48 horas a partir da publicação do resultado de cada uma dessas fases.
3. Os recursos referentes às alíneas “1.a” a “1.l” somente serão aceitos via internet, não sendo admitidos via fax e/ou correio eletrônico (e-mail).
4. Apenas serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as razões e circunstâncias que os justifiquem, bem como observarem rigorosamente o procedimento estabelecido neste Edital.
5. Os recursos deverão ser interpostos exclusivamente por meio de formulário digital disponibilizado no ícone “Recursos” do site do concurso, a partir da indicação do número do CPF e data de nascimento dos candidatos.
- 5.1. Nos formulários digitais não deverá constar qualquer qualificação dos candidatos ou de seus procuradores, tendo em vista que cada formulário estará vinculado diretamente ao registro dos recorrentes.
- 5.2. Ao optar por recurso nos termos das alíneas “1.a a 1.l”, os candidatos deverão proceder conforme orientação no referido formulário. As razões do recurso e os respectivos requerimentos deverão ser elaborados previamente em processador de texto de escolha do(a) candidato(a); uma vez concluídos (razões e requerimentos), deverão ser trasladados do arquivo do processador de textos para a respectiva área no formulário digital.
- 5.3. Os recursos em relação à alínea “1.e” deverão observar o que segue:
- a) As razões do recurso e os respectivos requerimentos não deverão conter qualquer identificação dos recorrentes, timbre de escritório e/ou empresa, etc., permitindo-se assim a sua análise sem a identificação dos postulantes;
 - b) Não é permitida qualquer identificação no corpo das razões do recurso ou de seus respectivos requerimentos, e serão indeferidos sumariamente os que não atenderem a essa condição;
 - c) Se do exame dos recursos resultar a anulação de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos do respectivo cargo, independentemente de interposição de recurso;
 - d) Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos, sendo as decisões disponibilizadas no site da ADVISE.
 - e) Para as provas objetivas e para os gabaritos preliminares, a publicação dos gabaritos definitivos corresponderá às respostas dos recursos impetrados para esta fase do concurso público.

6. Os candidatos receberão por correspondência eletrônica (e-mail) a confirmação do recurso que apresentaram; pelo que é de responsabilidade dos próprios candidatos a manutenção de seus e-mails ativos.
7. As decisões da ADVISE proferidas nos recursos previstos no item "1.a a 1.l" são terminativas.
8. O recurso previsto no item "1.a a 1.l" interposto fora do respectivo prazo não será aceito, sendo, para tanto, consideradas as datas e horas dos respectivos registros eletrônicos de interposição.
9. Recursos inconsistentes, intempestivos e/ou fora das especificações estabelecidas neste Edital serão liminarmente indeferidos.
10. Caso haja procedência de recurso interposto dentro das especificações, poderá, eventualmente alterar a classificação inicial obtida pelo candidato para uma classificação superior ou inferior ou ainda poderá ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver nota mínima exigida para aprovação.
11. Depois de julgados todos os recursos apresentados, será publicado o Resultado Final do Concurso Público, com as alterações ocorridas em face do disposto no item 10 acima.
12. Não serão apreciados os Recursos que forem apresentados em desacordo com as especificações contidas neste capítulo; recursos inconsistentes, intempestivos e com argumentação idêntica a outros recursos.
13. Em hipótese alguma será aceito, vistas de prova, revisão de recurso, recurso do recurso ou recurso de gabarito final definitivo.

XIX – DAS NOMEAÇÕES

1. O provimento dos cargos ficará a critério da Prefeitura do Município do Conde e obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação por Cargo, conforme a opção feita no ato da inscrição e de acordo com as necessidades do Município.
2. A investidura nos cargos obedecerá rigorosamente a ordem de classificação final **obtida por opção de cargo**, de acordo com o disposto no **Capítulo XIV** deste Edital.
3. A convocação para lotação dos candidatos dar-se-á por local indicado pelos mesmos no período de inscrição do presente Concurso Público, não estando o candidato que tomar posse, no direito de escolher local de melhor acesso, mesmo após o período de estágio probatório.
4. A convocação dar-se-á por meio de Edital a ser publicado no Diário Oficial do Estado e mediante correspondência com Aviso de Recebimento – AR, enviado ao candidato. Para tanto, é de inteira responsabilidade do candidato manter seus dados pessoais e endereço sempre atualizados junto à Prefeitura do Município do Conde.
5. O candidato convocado terá um prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável uma vez por igual período para se apresentar perante a Secretaria da Administração do município. O não comparecimento do candidato no prazo estabelecido neste Edital implicará automaticamente em sua desistência, reservando-se à Secretaria da Administração do município o direito de convocar o candidato subsequente para à nomeação.
6. O candidato nomeado que, por qualquer motivo, não tomar posse, dentro do prazo legal, terá o ato de nomeação tornado sem efeito.
7. No caso de desistência formal da nomeação, prosseguir-se-á a nomeação dos demais candidatos habilitados, obedecendo rigorosamente a ordem de classificação por cargo.
8. O candidato nomeado deverá apresentar os seguintes documentos como condição para sua posse: Comprovação dos pré-requisitos/escolaridade constante no Capítulo II deste Edital; certidão de nascimento ou casamento; título de eleitor, com o comprovante de votação na última eleição ou certidão de quitação eleitoral fornecida pelo cartório eleitoral; certificado de reservista ou de Dispensa de Incorporação, para os candidatos do sexo masculino; cédula original de identidade; comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF; 2 (duas) fotos 3X4 recente, colorida; declaração fornecida de acumulação de cargo ou função pública, quando for o caso, ou sua negativa; declaração firmada por ele próprio que atenda as exigências contidas no Capítulo III.
- 8.1. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias não autenticadas.

XX – DA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME

1. O resultado final do Concurso Público, depois de decididos todos os recursos e/ou casos interpostos que por ventura possam existir e comprovada a sua regularidade será, através de relatório sucinto, encaminhado pela Comissão Especial do Concurso Público à Prefeita do Município do Conde, que o homologará, e fará publicar nos meios de comunicação devidos.

XXI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Todas as convocações, avisos e resultados referentes exclusivamente às etapas do presente Concurso, serão afixados no saguão da **Prefeitura do Município do Conde** e divulgados na Internet no endereço eletrônico **www.advise.net.br**.
2. Será publicado no veículo oficial de divulgação da Administração do Município, apenas o resultado dos candidatos que lograrem CLASSIFICAÇÃO no Concurso Público de acordo com o número de vagas oferecidas na Ampla Concorrência. Os demais candidatos aprovados terão seus nomes publicados no site da Organizadora e exposto no Saguão da sede da Administração do Município.
3. Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação no Concurso, valendo para esse fim, a homologação publicada no veículo oficial de divulgação da Administração do Município.
4. A aprovação, no presente Concurso Público dos candidatos considerados **classificados**, gerará direito à nomeação, dentro do prazo de validade do concurso que é de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado pelo mesmo período a critério da Prefeita, respeitando a legislação eleitoral vigente, e para os demais considerados aprovados gerará expectativa de direito, uma vez que farão parte da Lista de Cadastro de Reservas, mas ambas, quando se fizerem, respeitará rigorosamente a ordem de classificação final.
5. A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades dos documentos apresentados, mesmo que verificadas a qualquer tempo, em especial na ocasião da nomeação, acarretarão a nulidade da inscrição e desqualificação do candidato, com todas as suas decorrências, sem prejuízo de medidas de ordem administrativa, civil e criminal.
6. Caberá à Prefeita a homologação dos resultados finais do Concurso Público.
7. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito, até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em edital, aviso e/ou comunicado a ser divulgado no site da organizadora.
8. O candidato se obriga a manter atualizado o endereço perante a ADVISE, localizada na Rua João Batista Amorim, 556, Centro, Guarabira, Paraíba, CEP 58.200-000, até a data de publicação da homologação dos resultados e, após esta data, junto a **Prefeitura do Município do Conde**, situada na Rod. PB-18, km-3, Centro, Conde, Paraíba, CEP 58.322-000, aos cuidados da Secretaria de Administração Municipal, através de correspondência, preferencialmente, com AR (Aviso de Recebimento).
9. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço e telefones atualizados, até que se expire o prazo de validade do Concurso, para viabilizar os contatos necessários, sob pena de quando for contratado, perder o prazo para tomar posse, caso não seja localizado.

10. A Prefeitura do Município do Conde e a empresa ADVISE não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de endereço não atualizado; endereço de difícil acesso; correspondência devolvida pela ECT por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato; correspondência recebida por terceiros.
11. Cessa a responsabilidade do Município pelo repasse da verba ou gratificação proveniente do PSF ou outros que venham substituir, havendo, por qualquer forma, suspensão ou interrupção por parte do Governo Federal, sem que o servidor tenha direito a incorporação de qualquer valor remuneratório ou indenizatório.
12. As despesas relativas à participação do candidato no Concurso e à apresentação para posse e exercício correrão às expensas do próprio candidato.
13. A Comissão Especial do Concurso Público, bem como, a empresa ADVISE poderá em qualquer fase do certame alterar as datas apresentadas no Cronograma Previsto, caso seja necessário, sem que haja ressarcimento da taxa de inscrição de quaisquer dos candidatos inscritos.
14. A Prefeitura do Município do Conde e a empresa ADVISE não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso.
15. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pela Comissão Especial do Concurso Público da **Prefeitura do Município do Conde** e pela ADVISE, no que tange a realização deste Concurso Público.

Conde (PB), em 17 de fevereiro de 2016.

TATIANA LUNDGREN CORRÊA DE OLIVEIRA
Prefeita do Município do Conde